



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CAMPUS BACABAL – CESB
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO BACHARELADO

MICKAELLE DE SOUSA NASCIMENTO

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO: estudo de caso na comunidade Luziana no
município de Bacabal - MA

Bacabal
2025

MICKAELLE DE SOUSA NASCIMENTO

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO: estudo de caso na comunidade Luziana no município de Bacabal - MA.

Monografia apresentada ao Curso de Administração Bacharelado, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus Bacabal, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof.º DSc. Raimundo Sirino Rodrigues Filho.

Bacabal

2025

Nascimento, Mickaelle de Sousa.

Diagnóstico Participativo: estudo de caso na comunidade Luziana no Município de Bacabal / Mickaelle de Sousa Nascimento. – Bacabal - MA, 2025.

56 f.

Monografia (Graduação em Administração Bacharelado) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Bacabal, 2025.

Orientador: Prof. DSc. Raimundo Sirino Rodrigues Filho.

1. Metodologia participativa. 2. Desenvolvimento local. 3. Desafios. 4. potencialidades. I. Título

CDU: 658:364-154(812.1)

MICKAELLE DE SOUSA NASCIMENTO

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO: estudo de caso na comunidade Luziana no município de Bacabal - MA.

Monografia apresentada ao Curso de Administração Bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus Bacabal, para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof.º Dr. Raimundo Sirino Rodrigues Filho.

Aprovado em: 09 / 01 / 2026.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
RAIMUNDO SIRINO RODRIGUES FILHO
Data: 11/01/2026 18:54:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. DSc. Raimundo Sirino Rodrigues Filho (Orientador)

Doutor em Agronomia – Solos e nutrição de plantas
Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente
JOSE RIBAMAR FERREIRA
Data: 16/01/2026 14:06:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Ribamar Ferreira (1º Membro)

Mestre em Literatura e Crítica Literária – Historiografia
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA



Documento assinado digitalmente
JOSE DA SILVA VIEIRA
Data: 16/01/2026 14:46:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. José da Silva Vieira (2º Membro)

Especialista em Metodologia do Ensino Superior
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

A Deus e à minha família. A Ele, pela vida, saúde e oportunidade de conquistar meus objetivos. À minha família e amigos, pelo amor incondicional e apoio que foram fundamentais.

AGRADECIMENTOS

A realização da Monografia, representa para mim, não apenas o encerramento de uma importante etapa acadêmica, mas também a realização de um objetivo fundamental na minha caminhada, que só foi possível graças a minha garra, determinação, força de vontade e também a colaboração e incentivo de algumas pessoas especiais que estiveram ao meu lado ao longo destes anos de trajetória.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força, sabedoria e saúde concedida em todos os momentos da minha vida. À minha família, minha gratidão por todo apoio, exemplo de perseverança e fé. Em especial, à minha mãe, sua força, dedicação e carinho foram e sempre serão exemplos para mim. Obrigado por nunca medir esforços para me proporcionar as melhores oportunidades, por me apoiar incondicionalmente em cada escolha. Todo esse trabalho também é fruto do seu esforço, sua luta e do seu amor. Esse apoio foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui com confiança.

Aos colegas e amigos da Universidade, meu agradecimento profundo pela parceria construída ao longo destes anos. Foram muitas trocas de conhecimento, risadas, trabalhos em grupo, e apoio mútuo. Vocês tornaram essa caminhada mais leve.

Ao meu orientador, Professor Doutor Raimundo Sirino Rodrigues Filho, minha mais sincera gratidão por todo o apoio, incentivo, pela orientação dedicada, ensinamentos e toda a paciência em cada etapa deste trabalho. Sua contribuição, foi essencial para o desenvolvimento dessa monografia, sempre com sugestões valiosas e incentivo constante. Agradeço também pela confiança em meu potencial e por ter me direcionado com muita sabedoria, respeito e profissionalismo.

À comunidade Luziana, por ter me recebido, pela participação ativa em cada conversa, todo o meu respeito e carinho. Vocês foram essenciais para a construção e finalização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para realização deste trabalho. Cada palavra de apoio, gesto de carinho, incentivo foi fundamental para que eu pudesse alcançar esse objetivo.

A todos, minha mais sincera gratidão!

“Administrar é alcançar objetivos por meio das pessoas”.

Idalberto Chiavenato

RESUMO

Este estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico participativo na comunidade Luziana, localizada no município de Bacabal (MA), visando identificar suas principais necessidades, desafios e potencialidades. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa fundamentada nos princípios do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), envolvendo a participação ativa dos moradores e a aplicação de técnicas como rodas de conversa, questionários socioeconômicos, mapeamento de recursos e entrevistas. Os resultados revelaram problemas significativos, como a escassez de oportunidades de capacitação e empregabilidade, a falta de conhecimento técnico e as dificuldades de acesso a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local. Em contrapartida, foram identificadas potencialidades relacionadas às práticas culturais e ao espírito de cooperação comunitária, destacando-se o Festival do Milho, que fortalece a identidade local e representa uma oportunidade de geração de renda e valorização cultural. Conclui-se que o envolvimento direto dos moradores foi essencial para a construção de um diagnóstico fiel à realidade, fortalecendo o protagonismo comunitário e fornecendo subsídios para políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: metodologia participativa; desenvolvimento local; desafios; potencialidades.

ABSTRACT

This study aims to conduct a participatory diagnosis in the Luziana community, located in the municipality of Bacabal (MA), in order to identify its main needs, challenges, and potentialities. The research employed a qualitative approach based on the principles of Participatory Rural Appraisal (PRA), ensuring active involvement of residents through techniques such as discussion circles, socioeconomic questionnaires, resource mapping, and interviews. The findings revealed significant issues, including limited opportunities for training and employment, lack of technical knowledge, and restricted access to public policies that foster local development. Conversely, the study highlighted potentialities linked to cultural practices and community cooperation, notably the Corn Festival, which strengthens local identity and creates opportunities for income generation and cultural appreciation. It is concluded that the direct engagement of residents was crucial for producing a diagnosis that accurately reflects local realities, reinforcing community leadership and providing valuable input for public policies and sustainable development strategies.

Keywords: participatory methodology; local development; challenges; potentials.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fluxograma de procedimentos metodológicos.	23
Figura 2: Fluxograma de Elaboração de Resultados.....	24
Figura 3 - Reunião preparatória para apresentar o projeto e objetivos da pesquisa, de modo a assegurar a participação ativa dos moradores. Comunidade Luziana/Bacabal-MA, 2025.	25
Figura 4 - Aplicação dos questionários em toda a comunidade Luziana/ Bacabal-MA, 2025.	26
Figura 5 - Reunião para priorizar os principais problemas e potencialidades da comunidade, de acordo com seus moradores. Comunidade Luziana/Bacabal-MA, 2025.	27
Figura 6 - Composição das classes sociais do povoado Luziana, zona rural de Bacabal-MA, 2025.....	29
Figura 7 – Comparativo entre os alimentos produzidos na comunidade e os comprados no comércio. Povoado Luziana, Zona Rural de Bacabal-MA, 2025.....	30
Figura 8 – Escolaridade dos moradores do povoado Luziana, Zona Rural de Bacabal-MA, 2025.....	32
Figura 9 – Principais fontes de renda das famílias da comunidade Luziana, Zona rural de Bacabal – MA.	33
Figura 10 – Infraestrutura habitacional da comunidade Luziana, Zona rural de Bacabal – MA.	34
Figura 11 – Avaliação dos moradores em relação à Saúde pública do povoado Luizana, zona rural de Bacabal – MA.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro1	– Análise SWOT da comunidade Luziana/Bacabal-MA, 2025.....	40
----------------	--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	GENERALIDADES	13
2.1	Diagnóstico Rural Participativo	15
2.2	Limites e potencialidades do método e recomendações práticas	17
2.3	Comunidade, identidade e cultura local	18
2.4	Administração e gestão no contexto rural	19
2.5	Desafios e potencialidades	21
3	METODOLOGIA	22
3.1	Mobilização da comunidade	24
3.2	Aplicação dos questionários socioeconômicos	26
3.3	Roda de conversas	27
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1	Dados socioeconômicos e estruturais	28
4.2	Implicações e limitações	37
4.2.1	Implicações	37
	a) Geração de conhecimento estratégico local	37
	b) Fortalecimento da capacidade organizacional	37
4.2.2	Limitações	38
	a) Restrição de generalização	38
	b) Subjetividade e viés do pesquisador.....	38
	c) Desafios de engajamento e foco	38
4.3	Análise SWOT da comunidade	39
4.3.1	Ambiente interno (Controle comunitário)	39
	a) Forças (Strengths)	40
	b) Fraquezas (Weaknesses)	40
4.3.2	Ambiente externo (Fatores exógenos)	40
	a) Oportunidades (Opportunities)	40
	b) Ameaças (Threats)	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades regionais e a complexidade dos desafios socioeconômicos impostos ao meio rural brasileiro demandam, cada vez mais, a adoção de estratégias de desenvolvimento local que sejam robustas, sustentáveis e, sobretudo, inclusivas (Meneses, 2020). No contexto do Nordeste e, especificamente, do estado do Maranhão, a superação dos déficits estruturais não se restringe apenas à aplicação de políticas *top-down* (de cima para baixo), mas exige a articulação do conhecimento técnico com os saberes e o protagonismo das comunidades (Simões, 2025; Casarões; Lasmar, 2006).

O campo da Administração, tradicionalmente focado em contextos urbanos e empresariais, tem expandido seu escopo para a esfera pública e o desenvolvimento territorial, reconhecendo a necessidade de ferramentas de gestão estratégica aplicáveis a microterritórios (Dias et al., 2023). Dentro deste arcabouço, o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) emerge como uma metodologia crucial. Trata-se de uma abordagem que transcende a mera coleta de dados, pois alinha-se aos princípios da Educação Popular de Paulo Freire (1987), promovendo a conscientização e o empoderamento dos sujeitos rurais para que estes se tornem agentes ativos na análise de sua realidade, na identificação de problemas e na formulação de soluções (Verdejo; Coutrin; Ramos, 2025). O DRP, portanto, não apenas gera informações, mas atua como um processo formativo e de construção coletiva do conhecimento (Batista et al., 2021).

A relevância deste estudo se insere neste contexto. A comunidade Luziana, localizada no município de Bacabal, Maranhão, é representativa dos desafios que marcam o desenvolvimento rural na região. A ausência de um levantamento detalhado e, principalmente, validado pelos próprios moradores, dificulta o planejamento municipal e a efetivação de políticas públicas voltadas às suas carências e potencialidades específicas (Souza, 2009).

Diante dessa lacuna informacional e da premente necessidade de instrumentos de gestão participativa, esta monografia objetiva realizar um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) na Comunidade Luziana, no município de Bacabal (MA). Para atingir tal propósito, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, com a participação dos moradores, as principais necessidades, desafios e entraves ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade.
- Mapear as potencialidades locais, o capital social e os recursos existentes que podem alavancar projetos de desenvolvimento autônomo e sustentável.
- Promover o protagonismo comunitário e a organização social através da aplicação das técnicas do DRP.
- Gerar subsídios concretos e contextualizados para a Administração Pública Municipal e para a própria comunidade, auxiliando na tomada de decisão, planejamento e implementação de projetos de intervenção.

A estrutura deste trabalho está organizada em cinco capítulos, além desta Introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico sobre desenvolvimento rural, gestão estratégica e a fundamentação do DRP. O terceiro capítulo detalha a metodologia empregada, com ênfase no delineamento de um estudo de caso de natureza qualitativa e exploratória. O quarto capítulo expõe a apresentação e análise dos dados coletados através das ferramentas participativas. Finalmente, o quinto capítulo versa sobre as considerações finais, resumindo as descobertas, suas implicações e sugerindo direções para futuras pesquisas.

2 GENERALIDADES

O desenvolvimento rural, nas últimas décadas, tem sido entendido como um processo multidimensional, não se resume somente a aspectos econômicos, mas envolve também, a articulação da inclusão social e sustentabilidade ambiental, indo além do aumento de produção para incorporar qualidade de vida, identidade territorial e participação social. No Brasil, essa agenda ganhou novo impulso com a criação da Década da Agricultura Familiar (2019-2028) instituída pela ONU parceria com a FAO, que: “reforça o papel dos agricultores familiares na segurança alimentar, no emprego e na gestão sustentável dos recursos naturais.” (ONU/FAO,2019)

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE,2019), destacam que a agricultura familiar encontra-se em um espaço estratégico no cenário rural do país onde cerca de 77% dos estabelecimentos são familiares, ocupando 23% do valor total da produção; trabalhando mais de 10 milhões de pessoas, o que equivale a 67% da mão de obra do campo. Esses dados comprovam que, a agricultura familiar é fundamental e indispensável para geração de renda do país. Além disso, é importante enfatizar que, entre 2006 e 2017 houve redução de 9,5% no número de estabelecimentos familiares e perda de 2,2 milhões de postos de trabalho, indicando desafios de sucessão geracional, acesso à tecnologia e competitividade.

Os dados apresentados afirmam que, apesar de toda a importância da agricultura familiar, na geração de renda, emprego, na economia do país como um todo, as dificuldades enfrentadas em relação ao trabalho ainda são recorrentes, fato esse, que fazem muitos trabalhadores procurarem outras oportunidades de trabalho. Um dos recorrentes problemas enfrentados, é o acesso ao crédito, e serviços financeiros, as estimativas indicam que apenas cerca de 15% dos agricultores familiares acessam crédito rural formal, o que limita investimentos produtivos e adoção de tecnologias.

Em resposta, o governo Federal tem retomado e fortalecido instrumentos e programas, como o ABC, que incentiva práticas agropecuárias sustentáveis que reduzam a emissão de gases de efeito estufa e aumentem a fixação de carbono no solo. Suas principais ações consistem em recuperar áreas degradadas, florestas plantadas, manejos de resíduos da pecuária. Esses programas fomentam tecnologias sustentáveis, recuperação de áreas e aumento de renda em bases resilientes.

No que diz respeito ao Maranhão, uma parcela significativa da população vive em áreas rurais e depende diretamente da agricultura familiar, mas enfrenta vulnerabilidade social e econômica acima da média nacional, como é o caso da comunidade Luziana. Segundo dados da Síntese de Indicadores sociais (SIS) do IBGE (2024), mostram que a extrema pobreza é proporcionalmente mais concentrada no meio rural do que no urbano no Brasil, quadro esse que reflete com força no Nordeste, inclusive no Maranhão. Em 2023, embora a pobreza extrema tenha caído no país ao menor nível desde 2012, a incidência permanece mais elevada em áreas rurais, o que reforça a necessidade de políticas territoriais específicas.

No recorte Maranhense, análises com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017), destacam a relevância econômica e social da agricultura familiar e sua forte ligação com cadeias de alimentos básicos, como o arroz, feijão, mandioca, além de atividades pecuárias extrativistas, que são pilares para segurança alimentar e do emprego rural estadual. Esses resultados reforçam a importância de estratégias de valorização de práticas e saberes locais e de integração com mercados institucionais e políticas públicas.

Em síntese, o desenvolvimento rural brasileiro, e em particular maranhense, requer arranjos participativos de planejamento (diagnósticos precisos, conselhos, associações), assistência técnica e acesso a crédito, e políticas de fortalecimento da agricultura familiar alinhadas à sustentabilidade. Não se trata apenas de aumentar produtividade agrícola, mas de promover a inclusão social, a valorização da cultura local e a preservação ambiental, elementos indispensáveis para o fortalecimento das comunidades rurais. Nesse sentido, a construção coletiva do conhecimento por meio de metodologias participativas possibilita que as comunidades expressem suas demandas, identifiquem suas potencialidades e estabeleçam estratégias para o desenvolvimento local de forma mais autônoma.

No caso do Maranhão, onde ainda persistem altos índices de vulnerabilidade social e econômica no meio rural, a adoção de instrumentos como o Diagnóstico Rural Participativo torna-se ainda mais relevante. Essa metodologia, além de fornecer subsídios técnicos para o planejamento, fortalece a organização comunitária, estimula a liderança local e amplia a capacidade de gestão dos próprios recursos e oportunidades (Verdejo, 2006). Assim o DRP não é somente uma ferramenta de pesquisa, mas um processo de empoderamento social que contribui para aproximar políticas públicas das reais necessidades da população.

Portanto, ao situar a comunidade Luziana nesse contexto, evidencia-se que compreender suas limitações, e, sobretudo, suas potencialidades, é condição fundamental para orientar ações de desenvolvimento local sustentáveis e consistentes saberes científicos e tradicionais. Essa articulação além de fortalecer o vínculo entre a comunidade e as políticas públicas, cria um espaço de valorização das práticas culturais e saberes locais, que constituem a base de sua identidade coletiva. Pesquisadores da área, destacam que iniciativas de transformação só se tornam duradouras quando partem da escuta ativa das populações envolvidas, reconhecendo-as como protagonistas e não meras receptoras de intervenções externas. Nessa perspectiva, autores como Freire (2019), já alertavam para a importância de um processo educativo e social dialógico, no qual os sujeitos sejam reconhecidos como construtores de sua própria história e não como objeto de ações impostas. Portanto, o estudo de comunidades como a Luziana revela-se fundamental, pois permite compreender como seus modos de vida, conhecimentos empíricos e experiências acumuladas podem dialogar com propostas inovadoras de desenvolvimento. Essa perspectiva justifica a importância deste trabalho, que busca integrar diferentes vozes e construir soluções de forma coletiva e compartilhada, através do diagnóstico participativo.

2.1 Diagnóstico Rural Participativo

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é uma metodologia que busca compreender a realidade das comunidades rurais a partir da participação ativa de seus moradores, promovendo um processo dialógico e inclusivo. Essa abordagem rompe com práticas tradicionais centradas no pesquisador e valoriza os saberes locais como base para a construção coletiva do conhecimento (Camba, 2021; Batista et al., 2024). Nos últimos anos, o DRP tem se consolidado como ferramenta estratégica para o planejamento territorial e para o fortalecimento da governança comunitária, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (IPEA, 2024).

O método fundamenta-se em princípios que asseguram sua efetividade: escuta ativa, que implica ouvir atentamente sem impor interpretações; protagonismo comunitário, garantindo que os moradores conduzam as etapas do diagnóstico; não-pressa, respeitando os tempos da comunidade; e triangulação, que consiste na utilização de diferentes técnicas para validar informações (Camba, 2021; Jesus;

Santos, 2024). Esses princípios conferem ao DRP um caráter educativo e emancipatório, pois estimulam a aprendizagem mútua e a corresponsabilidade na tomada de decisões.

Além dos princípios, o DRP utiliza um conjunto de técnicas participativas que permitem visualizar e analisar a realidade local de forma integrada. Entre as mais aplicadas destacam-se:

- Mapeamento comunitário: construção de mapas pelos moradores, identificando recursos, áreas produtivas e infraestrutura, favorecendo a análise espacial e a tomada de decisão (Camba, 2021).
- Calendário sazonal: registro das variações de atividades produtivas, disponibilidade de alimentos e renda ao longo do ano, essencial para planejar ações em períodos críticos (Batista et al., 2024).
- Linha do tempo: reconstrução de eventos históricos relevantes, permitindo compreender transformações sociais e econômicas da comunidade (Camba, 2021).
- Caminhada de campo: observação direta do território, confrontando informações obtidas com a realidade local (Batista et al., 2024).
- Diagrama de Venn: representação das instituições e atores que interagem com a comunidade, identificando relações de proximidade e influência (Camba, 2021).
- Ranking e pontuação: priorização coletiva de problemas e soluções, fortalecendo a tomada de decisão participativa (Batista et al., 2024).
- Entrevistas semiestruturadas: aprofundamento de temas sensíveis, complementando as técnicas visuais e garantindo maior consistência às análises (Jesus; Santos, 2024).
- Matriz SWOT (FOFA): análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, adaptada ao contexto comunitário para subsidiar estratégias de desenvolvimento sustentável (Batista et al., 2024).

A aplicação dessas técnicas deve considerar fatores como tempo disponível, número de participantes e nível de confiança entre comunidade e

facilitadores. Em contextos de baixa escolaridade, as ferramentas visuais são especialmente eficazes para promover inclusão e engajamento (Camba, 2021).

Nos últimos anos, estudos têm demonstrado que o DRP, quando articulado a políticas públicas e programas institucionais, amplia sua potencialidade como instrumento de planejamento territorial. Essa integração permite que os resultados do diagnóstico subsidiem ações governamentais, projetos agroecológicos e estratégias de desenvolvimento local (Batista et al., 2024; IPEA, 2024). Assim, o DRP não deve ser compreendido apenas como técnica de coleta de dados, mas como um processo contínuo de diálogo e empoderamento social, capaz de fortalecer a autonomia comunitária e promover soluções sustentáveis.

2.2 Limites e Potencialidades do método e Recomendações Práticas

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) apresenta-se como uma metodologia de grande relevância para a construção coletiva do conhecimento e para o fortalecimento da autonomia comunitária. Sua principal potencialidade consiste em promover o protagonismo dos moradores, valorizando saberes locais e garantindo maior legitimidade às informações produzidas (Camba, 2021; Batista et al., 2024). Além disso, o DRP contribui para a elaboração de planos de ação mais próximos das necessidades reais da comunidade, favorecendo a cidadania e a organização social.

Entretanto, alguns limites precisam ser reconhecidos. A aplicação do DRP exige preparo técnico dos facilitadores, tempo adequado e disposição da comunidade para participar ativamente. Quando conduzido de forma apressada ou sem clareza nos objetivos, o método pode perder seu caráter emancipatório, reduzindo-se a uma simples coleta de dados (Camba, 2021). Outro desafio é o risco de captura do processo por atores locais com maior poder, comprometendo a representatividade e a equidade na participação (IPEA, 2024).

Para superar esses limites, recomenda-se a adoção de práticas que assegurem a efetividade do método. Entre elas, destacam-se: a capacitação dos facilitadores para garantir posturas adequadas de escuta e mediação; a validação coletiva dos resultados por meio de reuniões de devolutiva, fortalecendo a transparência; e a integração do DRP com políticas públicas e programas institucionais, ampliando sua capacidade de transformação prática (Batista et al., 2024; Jesus; Santos, 2024). Quando articulado a estratégias governamentais, o DRP

deixa de ser apenas uma ferramenta diagnóstica e se torna um instrumento de planejamento territorial, capaz de subsidiar políticas agrícolas, ambientais e sociais.

Portanto, reconhecendo seus limites e potencialidades, o DRP deve ser compreendido como um processo contínuo de diálogo e articulação. Quando corretamente aplicado e validado pela comunidade, fortalece a governança local e contribui para estratégias de desenvolvimento rural sustentáveis e inclusivas.

2.3 Comunidade, Identidade e Cultura Local

A compreensão das comunidades rurais requer o reconhecimento de que seu desenvolvimento não se sustenta apenas em dimensões materiais, mas também na identidade cultural que confere sentido, pertencimento e coesão social aos seus membros. Nesse sentido, a identidade cultural deve ser vista como um recurso estratégico para processos de mobilização e desenvolvimento territorial. Como afirma a pesquisadora Salete:

“A cultura e os modos de vida locais não são obstáculos ao desenvolvimento, mas fundamentos que o orientam, quando devidamente valorizados e integrados em metodologias participativas”.
(Camba, 2021, p.41).

Essa perspectiva evidencia que qualquer ação de diagnóstico ou planejamento em comunidades rurais precisa considerar os símbolos, tradições e valores que configuram sua identidade coletiva. O papel da identidade cultural não é um elemento de desenvolvimento e reconhecimento que tem sido elemento de discussão por autores da contemporaneidade. Nesse sentido, é importante enfatizar que as práticas participativas somente encontram legitimidade quando dialogam com a memória social e com as formas próprias de organização comunitária. Ou seja, não basta importar técnicas de planejamento, é necessário construir metodologias enraizadas na cultura local.

Nessa mesma direção, Escobar (2018) reforça que o desenvolvimento não pode ser reduzido a índices econômicos, mas deve ser entendido como a possibilidade de uma comunidade viver bem segundo seus próprios valores culturais. As práticas culturais assumem, portanto, papel central como fatores de coesão social e também como potenciais geradores de renda, além de fortalecerem a convivência e

a solidariedade, e se constituem em ativos econômicos, especialmente quando articuladas a políticas públicas de economia solidária, turismo comunitário ou comercialização de produtos culturais.

Nesse sentido, no caso da comunidade Luziana, merece destaque o festival do milho, evento anual que articula tradição, culinária e celebração coletiva. Mais do que uma festividade, ele constitui espaço de reafirmação da identidade comunitária, de troca intergeracional de saberes e de fortalecimento das relações de solidariedade. Além disso, o festival funciona como importante estratégia de geração de renda complementar, por meio da comercialização de comidas típicas e da atração de visitantes. Assim, pode ser entendido como uma prática cultural que, ao mesmo tempo, preserva tradições e abre oportunidades econômicas, exemplificando o que Verdejo (2006, p. 19) descreve ao afirmar que “Atividades culturais como festas, artesanato e culinária são espaços de encontro e, ao mesmo tempo, de reprodução material, nos quais a comunidade reafirma a sua identidade e projeta alternativas econômicas.”

Por fim, a importância do fortalecimento da cultura local deve ser entendida como um imperativo para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. Entende-se portanto, que não há empoderamento real sem que os sujeitos reconheçam e valorizem sua história, suas práticas e sua identidade cultural. Isso significa que iniciativas externas que desconsiderem ou enfraquecem a cultura local tendem a produzir dependência e desarticulação. Ao contrário, quando a cultura é reconhecida como ativo central, promove-se autoestima, pertencimento e engajamento comunitário. Portanto, práticas culturais como o festival do milho evidenciam que o fortalecimento da cultura local não deve ser visto apenas como valorização simbólica, mas também como estratégia de desenvolvimento territorial, capaz de combinar coesão social, autoestima comunitária e dinamização econômica.

2.4 Administração e Gestão no Contexto Rural

Idalberto Chiavenato, um dos autores renomados da Administração, afirma que, em seu sentido clássico ela envolve o planejamento, organização, direção e controle de recursos para atingir objetivos. No que diz respeito, ao meio rural, tais funções tem características próprias, pois além do gerenciamento de recursos produtivos, também articulam aspectos econômicos, culturais, ambientais e sociais.

Desse modo, a necessidade de aprimorar o planejamento, fazer a ampliação da participação comunitária, fortalecendo a comunicação entre os órgãos executores, enfatiza a efetividade das ações, fazendo com que a gestão seja orientada pelas necessidades e aspirações das pessoas a quem se destina. No campo, essa afirmação tem uma relevância significativa, pois as estratégias de gestão devem considerar a identidade cultural, os saberes locais, a organização da comunidade como um todo. No contexto rural, a administração se associa fortemente à gestão participativa, ou seja, a responsabilidade e decisões são compartilhadas com a comunidade. Como Ferramenta que engloba os princípios da administração à realidade do campo, o Diagnostico Participativo Rural, se insere perfeitamente nesse cenário. Como afirma a pesquisadora Salete:

“O DRP é um instrumento que fortalece a capacidade de gestão das comunidades, ao estimular que os moradores planejem suas ações de forma consciente e coletiva”. (Camba, 2021, p.29).

Portanto, todo o processo que envolve o planejamento, a organização faz parte da administração e se traduz justamente nas práticas como a análise das limitações e potencialidades, o processo de mapeamento da comunidade até a definição de prioridades do local. Além disso, há de se considerar que, no que diz respeito às comunidades rurais, a administração pode ser compreendida como multidimensional, pois envolve uma série de fatores conjuntos, como a economia, o ambiente, o social e a cultura. Nesse sentido, pode-se afirmar que a gestão vai muito além da técnica, ela coloca os moradores para participarem ativamente de todo o processo e permite que eles sejam protagonistas, decidindo e construindo de forma coletiva. Como afirma Souza (2017):

“A gestão participativa constitui uma via necessária para superar o tecnicismo, permitindo que os sujeitos do campo se reconheçam como protagonistas de seus próprios projetos de desenvolvimento.” (Souza, 2017, p. 61).

O planejamento, organização, direção e controle, no caso da comunidade rural, vai além da busca pela eficiência produtiva, envolve a construção de um

processo coletivo de tomada de decisão, que englobam a identidade cultural, a preservação do meio ambiente, e a economia visando a sustentabilidade e desenvolvimento.

Diante do exposto, fica claro que, na comunidade Luziana, a administração e gestão envolve um processo de vivências compartilhadas, indo além de uma imposição externa, em que o Diagnóstico Rural Participativo é o método para obter informações, e através delas fortalecer a autogestão da comunidade, e construir estratégias que envolva o desenvolvimento da comunidade de uma forma sustentável.

2.5 Desafios e Potencialidades

As comunidades rurais brasileiras enfrentam desafios históricos relacionados à falta de infraestrutura, acesso limitado a serviços básicos e escassez de oportunidades de emprego, fatores que contribuem para a evasão de jovens e a vulnerabilidade social (IPEA, 2024). No caso da comunidade Luziana, esses problemas se manifestam na precariedade das estradas, na ausência de assistência técnica para manejo da terra e na dependência de programas sociais como principal fonte de renda.

Outro desafio recorrente é a falta de apoio técnico e tecnológico, que limita a capacidade produtiva e a inserção competitiva nos mercados. A ausência de políticas públicas contínuas e de acesso a crédito reforça a dependência econômica e a vulnerabilidade das famílias (Batista et al., 2024). Esses fatores indicam a necessidade de estratégias integradas que combinem capacitação, infraestrutura e fortalecimento da agricultura familiar.

Por outro lado, a comunidade apresenta potencialidades significativas. Entre elas, destacam-se as práticas culturais, como o festival do milho, que além de preservar tradições, gera oportunidades econômicas e fortalece a identidade local (Camba, 2021). A comercialização coletiva de produtos agrícolas também representa uma alternativa promissora, pois contribui para a geração de renda e para a afirmação territorial (Santos et al., 2020). Essas iniciativas demonstram que, quando articuladas a políticas públicas e ao protagonismo comunitário, podem impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Reconhecer esses desafios e potencialidades é essencial para construir estratégias que integrem saberes locais, inovação tecnológica e políticas públicas, promovendo melhorias efetivas na qualidade de vida das comunidades rurais.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em métodos participativos, com o objetivo de compreender a realidade da comunidade Luziana no município de Bacabal (MA) a partir das experiências, percepções e prioridades expressas pelos próprios moradores. Como afirmam Denzin e Lincoln (2006, p. 23), “A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam coisas em cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhe atribuem”.

Nessa perspectiva, a metodologia adotada considera que os processos de diagnóstico e planejamento em comunidades rurais devem articular saberes científicos e locais, promovendo a escuta ativa e a corresponsabilidade (Verdejo, 2006; Camba, 2021). Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, exploratório e aplicado. A pesquisa descritiva, conforme Gil (2008, p. 27), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Assim, este estudo busca caracterizar o perfil cultural, socioeconômico e produtivo da comunidade.

Ainda segundo Gil (2008, p. 41), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos”. Dessa forma, torna-se essencial levantar informações pouco sistematizadas sobre o povoado, definindo com clareza o foco da pesquisa. Por fim, a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos voltados à solução de problemas específicos, conforme destaca Gil (2008, p. 27): “a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. A Figura 1 explicita as etapas que foram seguidas para a realização do projeto desde sua concepção até a análise dos dados, na forma de um fluxograma.

No contexto da comunidade Luziana, essa abordagem mostra-se fundamental para compreender seus desafios e potencialidades, permitindo propor estratégias de melhoria alinhadas às necessidades locais.

Figura 1: Fluxograma de procedimentos metodológicos.



FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

Para garantir a consistência e a confiabilidade dos resultados, a pesquisa adotou procedimentos sistemáticos alinhados aos princípios do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Esses procedimentos foram planejados para promover a participação ativa da comunidade em todas as etapas, desde a mobilização inicial até a coleta e análise das informações.

A seguir, são descritas as técnicas aplicadas, que possibilitaram compreender a realidade local de forma integrada, respeitando os saberes comunitários e fortalecendo o protagonismo dos moradores. Os detalhes das técnicas aplicadas, as quais estão explicadas nas etapas que foram seguidas para a consolidação dos resultados, conforme estão mostradas no fluxograma apresentado na Figura 2.

Figura 2: Fluxograma de Coleta de Dados.

FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

3.1 Mobilização da comunidade

A mobilização da comunidade constitui uma etapa essencial para garantir a efetividade do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), pois é nesse momento que se estabelece o vínculo inicial entre pesquisadores e moradores, criando um ambiente de confiança e cooperação. Essa fase não se limita à convocação para reuniões, mas envolve um processo de sensibilização, no qual se apresentam os objetivos da pesquisa, sua relevância para o desenvolvimento local e os benefícios esperados para a comunidade. A participação ativa dos moradores desde o início assegura legitimidade ao estudo, fortalece o protagonismo social e promove a corresponsabilidade na construção das informações.

Como destaca Freire (2019, p. 45), “o ato de participar implica refletir criticamente sobre a própria realidade, construindo caminhos coletivos para a transformação social”. Nesse sentido, a mobilização inicial é um momento educativo e dialógico, que reconhece os sujeitos como protagonistas e não como meros receptores de informações. Verdejo (2006) reforça que essa etapa deve ser conduzida

com clareza e respeito aos tempos da comunidade, garantindo que todos compreendam os objetivos e se sintam parte do processo. Além disso, Camba (2021) afirma que a mobilização é fundamental para consolidar os princípios do DRP, como a escuta ativa e a valorização dos saberes locais, elementos indispensáveis para a construção de um diagnóstico legítimo e participativo.

Portanto, essa etapa é estratégica para assegurar que as ações subsequentes sejam conduzidas de forma colaborativa e alinhadas às expectativas e necessidades locais, fortalecendo a autonomia comunitária e a capacidade de gestão social.

A Figura 3 ilustra a primeira reunião, que foi a preparação da comunidade para outras reuniões que viriam ocorrer com o desenvolvimento do projeto.

Figura 3 - Reunião preparatória para apresentar o projeto e objetivos da pesquisa, de modo a assegurar a participação ativa dos moradores. Comunidade Luziana/Bacabal-MA, 2025.



FONTE: Fotografia do autor (2025).

Em um segundo momento, foram feitas visitas domiciliares, nas quais aplicou-se o questionário socioeconômico, contemplando informações sobre composição familiar, atividade produtiva, renda, escolaridade, acesso a serviços, infraestrutura, bem como as percepções dos moradores em relação a problemas e potencialidade da comunidade. Essa etapa, muito importante, pois por meio dela foi possível alcançar o objetivo, que é justamente, além da coleta de dados, a

aproximação, o fortalecimento do vínculo de confiança com as pessoas do povoado, em consonância com a proposta participativa do DRP.

3.2 Aplicação dos Questionários Socioeconômicos

A aplicação dos questionários socioeconômicos sucedeu os trabalhos iniciais de mobilização da comunidade, haja vista que estes garantiram engajamento, confiança e legitimidade ao processo e contribuíram para reduzir resistências, ampliar a participação e assegurar que as informações coletadas reflitam a realidade local (Batista et al., 2024).

Jesus e Santos (2024) destacam que a combinação de métodos quantitativos e qualitativos fortalece a consistência dos resultados, permitindo que os problemas e as potencialidades sejam identificados de forma mais precisa e legitimada pela comunidade. Dessa forma, a aplicação dos questionários não é um fim em si mesma, mas parte de um conjunto de estratégias que asseguram a representatividade das informações e o protagonismo social. A ação de aplicação dos questionários está ilustrada na Figura 4.

Figura 4 - Aplicação dos questionários em toda a comunidade Luziana/ Bacabal-MA, 2025.



FONTE: Fotografia do autor (2025).

3.3 Roda de Conversa

Buscando familiarizar-se ainda mais e conhecer a realidade de Luziana, complementarmente à aplicação de questionários, realizou-se rodas de conversa em que os moradores puderam expressar livremente, em grupo, suas percepções sobre os principais desafios e oportunidades da comunidade. Nesses encontros, adotou-se a postura de facilitador, respeitando princípios como a escuta ativa, a não-pressa e a valorização de diferentes vozes (Chambers, 1994; Camba, 2021). O processo culminou em uma reunião plenária de priorização, na qual os participantes elaboraram um quadro coletivo de problemas e potencialidades, ação ilustrada na Figura 5.

Figura 5 - Reunião para priorizar os principais problemas e potencialidades da comunidade, de acordo com seus moradores. Comunidade Luziana/Bacabal-MA, 2025.



FONTE: Fotografia do autor (2025).

Como afirma Chiavenato (2014, p.67), “As pessoas constituem a força propulsora das organizações e comunidades, e quando participam ativamente, transformam-se em agentes de mudança e desenvolvimento sustentável”. Portanto, pode-se afirmar que a metodologia adotada permitiu o fortalecimento da capacidade local de analisar e mobilizar-se, estimulando o protagonismo da comunidade e

reafirmando o caráter do diagnóstico participativo, pois além de um instrumento de investigação, é também, uma alternativa primordial de desenvolvimento social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Dados socioeconômicos e estruturais

Localizada no município de Bacabal MA a 7,5 km de distância, a comunidade Luziana, apresenta características sociais, culturais e econômicas que são reflexo de muitas comunidades rurais da região. Com uma população relativamente expressiva e estrutura comunitária mais ampla, composta por posto de saúde, escola, a localidade se destaca por seu potencial de organização, fortalecido pela atuação da associação de moradores. Apesar das vantagens, a comunidade enfrenta desafios significativos relacionados à precariedade da infraestrutura, como a baixa qualidade da estrada vicinal durante o período chuvoso e a presença de moradias ainda inadequadas. Além disso, observa-se a dependência de produtos externos na alimentação e a evasão de jovens para outros estados em busca de oportunidades (Nascimento et. al., 2025).

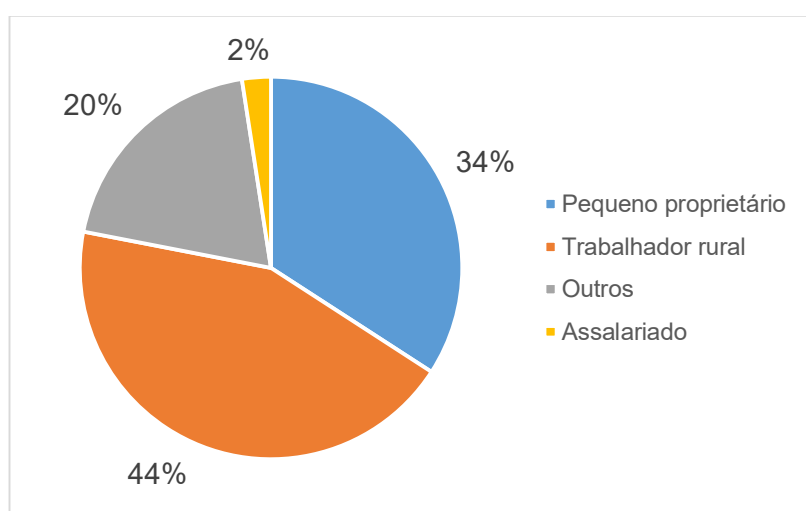
Nesse contexto, e levando em consideração que as informações em relação as comunidades rurais ainda são incipientes, torna-se essencial analisar as condições locais a partir de suas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, de modo a diagnosticar as principais aspirações, e identificar estratégias que possam impulsionar o desenvolvimento da comunidade.

Na Figura 6 pode-se observar que as classes sociais estão divididas segundo a posse da terra, assim como a forma de utilização da área, e se diferenciam em 4 modalidades. Cerca de 34% é composta por pequenos proprietários; 44% são trabalhadores rurais, que trabalham com terra cedida ou prestando serviço para os pequenos proprietários; 2% são assalariados; e 20% pertencem a outra categoria.

A partir desses dados é possível observar que a maior porcentagem (44%) é de trabalhadores rurais que trabalham em terras cedidas ou através da prestação de serviço informal, e os outros 34% são de pequenos proprietários, formando a maioria da população de Luziana. Indicando que a estrutura agrária da comunidade é voltada para a pequena produção agrícola familiar, onde são dependentes de terceiros para trabalhar e o acesso à terra é precário. Feito um comparativo com a pesquisa

feita por Krause et al. (2018), constata-se a consonância desses resultados com a pesquisa do autor onde ele observou em feirantes com potencial para agricultura orgânica que o diagnóstico participativo permite evidenciar as fragilidades que estão associadas tanto ao acesso a mercados, como também, a apropriação de terras. Entretanto, diferente dos feirantes estudados pelo autor, na comunidade Luziana, com base nos dados observa-se forte dependência de arranjos informais de trabalho e o acesso limitado à terra.

Figura 6 - Composição das classes sociais do povoado Luziana, zona rural de Bacabal-MA, 2025.



FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

Essa estrutura agrária evidencia ainda uma forte dependência de arranjos informais de trabalho e precariedade fundiária, situação que se alinha a diagnósticos recentes sobre comunidades rurais brasileiras, onde a concentração de terras e a informalidade laboral permanecem como entraves ao desenvolvimento sustentável (IPEA, 2024). Batista et al. (2024) destacam que metodologias participativas, como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), são fundamentais para identificar essas vulnerabilidades e subsidiar políticas de regularização fundiária e inclusão produtiva. Além disso, estudos apontam que a ausência de acesso à terra compromete a autonomia econômica e reforça ciclos de pobreza intergeracional (Rocha, 2020).

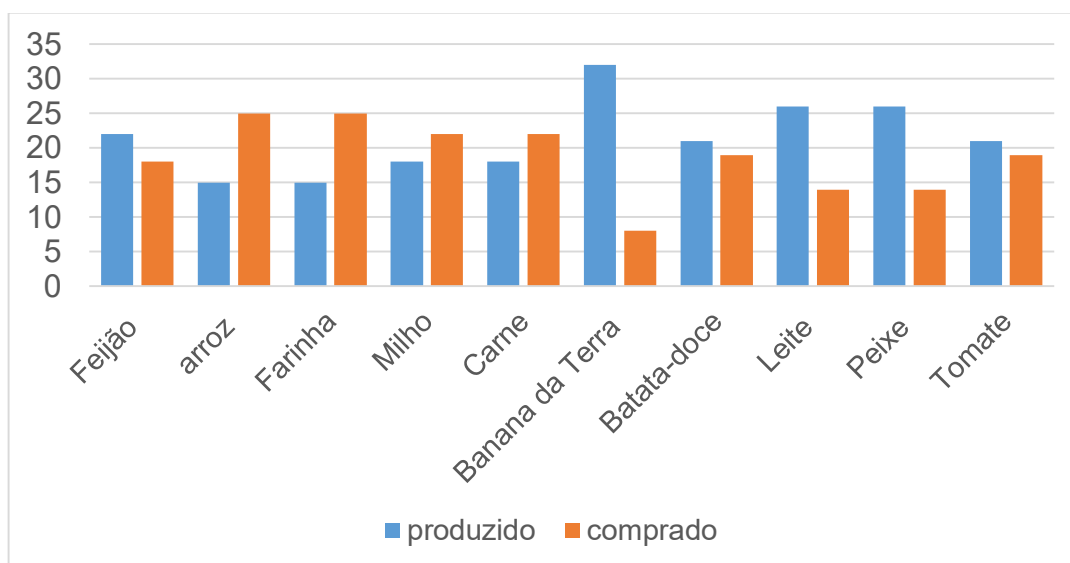
Além disso o percentual de assalariado é extremamente baixo (2%), o que reforça as baixas condições de trabalho no meio rural, e a falta de recursos para a formalização de trabalho. Os outros 20%, reafirmam a informalidade de trabalho, esse número engloba aqueles trabalhadores que trabalham por temporada, os que pagam

para usar a terra, meeiros (que dividem a produção com o proprietário), e os que ocupam a terra sem o título legal.

O baixo número de assalariados e trabalhadores dependentes de terceiros, mostram um modelo de produção economicamente frágil e pouco mecanizado. Nesse sentido, conforme afirma Souza (2009), quando se refere as metodologias participativas como sendo essenciais para identificação das vulnerabilidades sociais e econômicas em contextos rurais, e ainda reforça a importância da comunidade para reformulação de políticas públicas. Essa perspectiva do autor, pode ser afirmada pelos dados desta pesquisa, com dados coletados pelos próprios moradores, evidenciando que a composição social da comunidade revela uma estrutura agrária desigual, com a falta da regularização fundiária.

A Figura 7 mostra a relação existente entre os alimentos comprados e os alimentos produzidos da comunidade. Nesta pode-se observar que, embora o feijão, a banana da terra e a batata-doce, sejam cultivadas por parte dos moradores, a diversidade e a quantidade desses alimentos não são suficientes para suprir a demanda das famílias. Isso faz com que produtos básicos como arroz, milho, farinha, carne e até hortaliças sejam adquiridos em grande parte no comércio externo.

Figura 7 – Comparativo entre os alimentos produzidos na comunidade e os comprados no comércio. Povoado Luziana, Zona Rural de Bacabal-MA, 2025.



FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

De acordo com os dados, afirma-se que apesar da produção de alimentos ser diversificada, é insuficiente para suprir a demanda das famílias, o que reflete a

forte dependência do comércio externo, inclusive para alimentos básicos como o arroz. Em contrapartida, há potencial produtivo a ser explorado, especialmente o leite, banana da terra e o peixe que já são mais presentes na produção da comunidade. A produção familiar, embora diversificada, não supre a necessidade total do consumo doméstico, é uma realidade comum no meio rural.

O potencial produtivo em alimentos como o leite, a banana, o peixe são bem notáveis, e podem ser explorados como uma fonte de renda e segurança alimentar para as famílias. Conforme afirma Silva (2015, p. 102), “a diversificação de cultivos e atividades na propriedade familiar é uma estratégia de fortalecimento econômico e de redução da vulnerabilidade alimentar.”

A comparação entre alimentos produzidos e adquiridos externamente revela uma dependência significativa do comércio para suprir necessidades básicas, como arroz e farinha. Essa realidade é recorrente em comunidades rurais, conforme Silva (2015), que enfatiza a importância da diversificação produtiva como estratégia para reduzir vulnerabilidade alimentar. Pesquisas recentes reforçam que a baixa autossuficiência alimentar está associada à falta de assistência técnica e políticas de incentivo à agricultura familiar (Grisa; Sabourin, 2019). Por outro lado, o potencial produtivo identificado em itens como leite, banana e peixe indica oportunidades para geração de renda e fortalecimento da segurança alimentar, desde que articuladas a programas de capacitação e acesso a mercados institucionais (Batista et al., 2024).

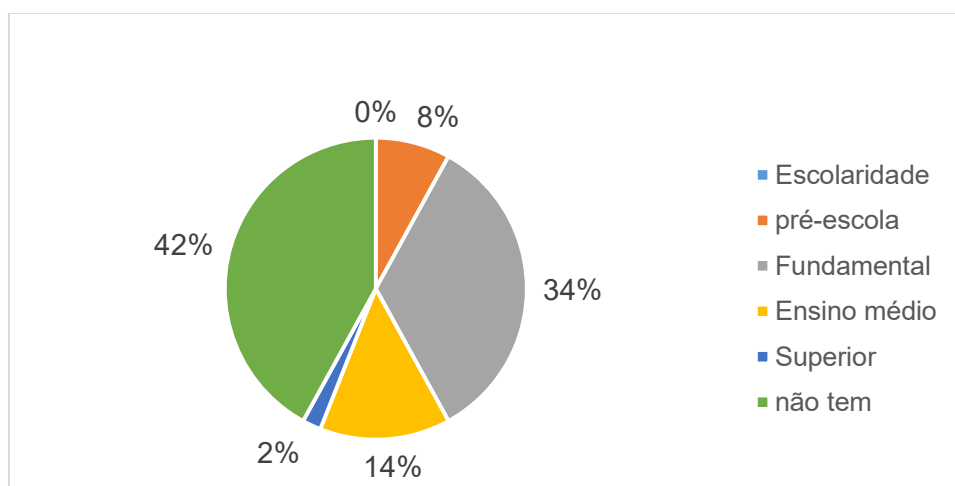
Na figura 8 observa-se o nível educacional do povoado, onde são mostrados o grau de escolaridade, na qual os resultados apontam que: 42% não possui escolaridade formal, 8% apenas a pré-escola, enquanto 34% atingiram o ensino fundamental, e uma pequena parcela (14%) concluiu o ensino médio e 2% ingressaram no ensino superior.

Esses dados, revelam a carência da comunidade em relação à educação, impactando diretamente as condições de vida e as oportunidades de desenvolvimento.

Segundo Silva e Schneider (2018, p. 63), “a baixa escolaridade no meio rural constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento local, pois restringe o acesso dos agricultores a informações, tecnologias e programas governamentais”. Os 42% revelam a carência educacional, a maioria sem escolaridade formal e apenas 2% com ensino superior, dados que indicam uma desigualdade histórica no que diz respeito à distribuição de oportunidades educacionais. De acordo com autores

Fernandes e Procópio (2020, p. 112), “a exclusão educacional no campo é resultado de um processo estrutural de negação de direitos, que afeta principalmente comunidades rurais e tradicionais”.

Figura 8 – Escolaridade dos moradores do povoado Luziana, Zona Rural de Bacabal-MA, 2025.



FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

Para Carneiro e Siqueira (2017, p. 79), “a educação é um fator determinante para o fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para a gestão mais eficiente da produção e para a diversificação de fontes de renda”. A escolaridade limitada, é fator determinante que compromete diretamente a inserção produtiva e a autonomia das famílias.

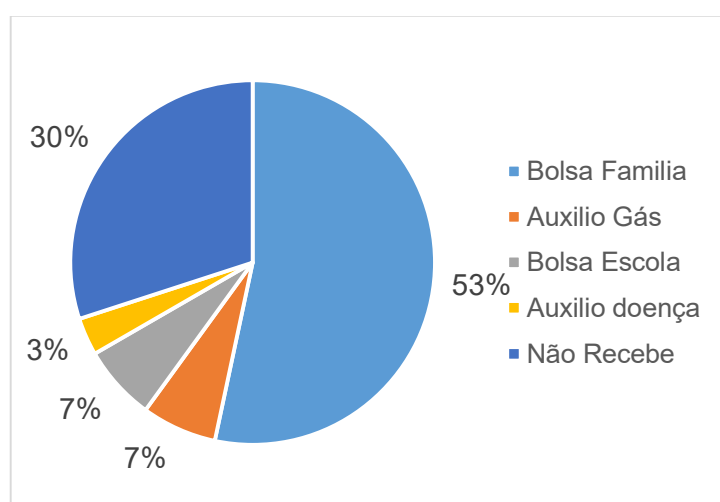
Conforme o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (2024), a ampliação do acesso à educação é uma condição indispensável para reduzir desigualdades regionais e promover o desenvolvimento sustentável no campo. Nesse sentido, observa-se que, de acordo com os dados da comunidade, a situação também afeta diretamente o desenvolvimento humano e social.

Essa baixa escolaridade constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento rural, pois limita o acesso a tecnologias, informações e políticas públicas (Silva; Schneider, 2018). Fernandes e Procópio (2020) argumentam que a exclusão educacional no campo é resultado de processos históricos de negação de direitos, exigindo políticas específicas para educação rural. Além disso, Carneiro e Siqueira (2017) reforçam que a formação educacional é determinante para a gestão eficiente da produção e diversificação das atividades econômicas. A situação observada na comunidade Luziana confirma a necessidade de estratégias integradas

que combinem educação, capacitação técnica e inclusão digital como pilares para o desenvolvimento sustentável.

Na Figura 9, observa-se as principais fontes de renda das famílias, conforme apresentado no gráfico, 53% das famílias têm como principal fonte de renda o programa bolsa família, enquanto a porcentagem menor recebe benefícios complementares como Auxílio Doença (3%), Auxílio Gás (7%), Bolsa escola (7%). Por outro lado, 30% das famílias não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro.

Figura 9 – Principais fontes de renda das famílias da comunidade Luziana, Zona rural de Bacabal – MA.



FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

Com base na análise dos dados, observa-se que as famílias da comunidade dependem fortemente de programas do governo federal, como o bolsa família, auxílio gás e bolsa escola, representando mais da metade das entradas financeiras. Pode-se equiparar essa situação de forma coerente com base na afirmação dos autores Campello e Gentili (2017), ao destacarem que, em contextos marcados por pobreza persistente, programas de transferência condicionada tornam-se a principal estratégia de proteção social para populações rurais.

Destaca-se a vulnerabilidade social através da predominância dessas fontes assistenciais, já que de acordo com os dados obtidos, a renda autônoma, proveniente da agricultura familiar, se revelam nos menores números. De acordo com Grisa e Sabourin (2019), a fragilidade da produção agrícola em comunidades rurais brasileiras está diretamente associada a crédito, assistência financeira e mercados,

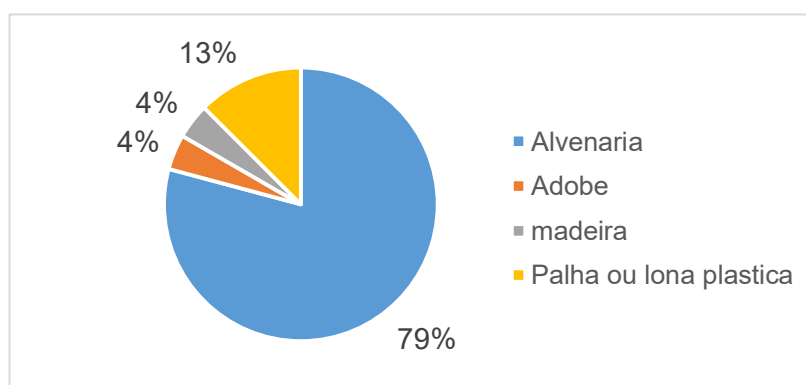
fato esse que contribue diretamente para a dependência das famílias em programas sociais como forma de estabilidade mínima.

Quando se fala sobre essa dependência, reflete-se sobre um cenário que é descrito por Rocha (2020), onde aponta que núcleos familiares em regiões rurais enfrentam barreiras históricas para a inserção produtiva, o que limita a capacidade de geração de renda própria e reforça a reprodução da pobreza intergeracional. Pode-se observar no gráfico essa realidade, onde o percentual das famílias que não recebem benefícios são a minoria, mas que representam um grupo de pessoas ainda mais vulneráveis, muitas vezes excluídos de políticas públicas.

Diante do exposto, pode-se concluir que há a forte dependência estrutural em relação aos programas do governo, revelando a necessidade de políticas públicas voltadas principalmente à geração de emprego, diversificação da produção e fortalecimento da agricultura familiar, como uma alternativa para a redução da vulnerabilidade econômica e social da comunidade.

Na Figura 10, observa-se a infraestrutura habitacional da comunidade, permitindo compreender as condições de moradias das famílias. Conforme observado no gráfico, 79% das residências são construídas em alvenaria, entretanto, ainda há uma parcela significativa de famílias que vivem em casa de adobe (13%), além de madeira (4%), e de palha ou lona plástica representando 4% da população.

Figura 10 – Infraestrutura habitacional da comunidade Luziana, Zona rural de Bacabal – MA.



FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

Os dados apresentados revelam que a maior parte das habitações são de alvenaria (79%), o que indica um avanço no que diz respeito a moradias duráveis e seguras em comunidades rurais. De acordo com Souza (2017), a alvenaria é

associada, nas políticas públicas brasileiras, à ideia de “moradia digna”, pois representa segurança estrutural, durabilidade e valorização simbólica da propriedade. Em contrapartida, observa-se que há uma parcela da comunidade que residem em habitações de adobe, madeira e palha ou lona plástica.

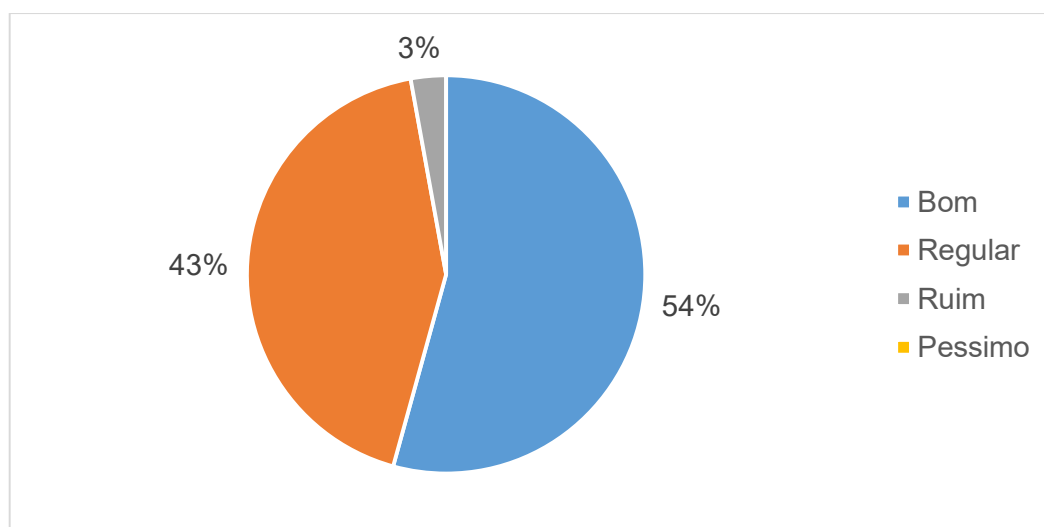
Segundo estudos de autores como Farias e Burnett (2024), a maior parte das moradias rurais, é fruto da iniciativa das próprias famílias, que utilizam materiais disponíveis localmente, conciliando limitações econômicas, tradições culturais e necessidades imediatas. Ou seja, o autor vem destacar que essa forma de construção não se deve apenas às limitações econômicas, mas envolve tradições culturais e a necessidade de atender de forma imediata as famílias.

Portanto, ao observar os dados é possível afirmar que, a diversidade na infraestrutura habitacional da comunidade revela avanços, mas também desafios significativos. A grande parte da população com habitações de alvenaria aponta para melhorias estruturais, mas, o número de moradias em adobe, madeira, e sobretudo, palha ou lona, evidenciam desigualdade social e econômica, falta de política pública e a necessidade de intervenção para construção de moradias dignas. Assim, entender essa diversidade é fundamental na orientação de políticas habitacionais, respeitando as especificidades territoriais e valorizando técnicas sustentáveis que venha promover condições adequadas de habitações para a comunidade como um todo. Como bem reforça Souza (2017, p. 88) “não basta construir casas, é preciso compreender os territórios, suas lógicas e seus sujeitos, para que a moradia seja efetivamente um direito e não apenas uma estrutura física.”

Na Figura 11, observa-se que referente à saúde pública da comunidade, a maioria (54%) avalia os serviços como bons, enquanto (43%) consideram apenas regular, e uma pequena parcela (3%) classificou como ruim. Os dados revelam que, há um certo nível de satisfação geral com o atendimento disponível, não havendo registros de avaliações péssimas.

Conforme a análise dos dados da Figura 9, a maior parte da população considera os serviços da saúde como bons (54%), enquanto (43%) avaliam regular, e uma pequena parcela (3%) classificam como ruim. Isso mostra que, há um nível razoável de aprovação, mas também existem percepções de limitações no que diz respeito a qualidade dos serviços oferecidos.

Figura 11 – Avaliação dos moradores em relação à Saúde pública do povoado Luizana, zona rural de Bacabal – MA.



FONTE: Elaborado pelo autor (2025).

De acordo com a autora Giovanella et al. (2021), a qualidade da atenção básica no País está diretamente ligada ao acesso contínuo, acolhimento e resolutividade. Ou seja, a efetividade dos serviços depende da capacidade do sistema de responder às necessidades reais da população. No contexto da comunidade, o fato de quase metade dos moradores considerar o atendimento apenas regular, indica que parte das demandas do local pode não estar sendo plenamente atendida.

Além disso, é importante considerar que especificamente no contexto rural, os desafios estruturais enfrentados são recorrentes, especialmente quando se refere à disponibilidade profissionais, infraestrutura e transporte. Para Mendes (2020, p. 89), “as populações do campo ainda vivenciam desigualdades de acesso à saúde, reflexo de fragilidades organizacionais do SUS em territórios de difícil alcance”. Dessa forma pode-se compreender por que, apesar da maior parte da população ter uma avaliação positiva, ainda existe essa parcela significativa que percebe essa limitação nos serviços disponibilizados da saúde.

De forma complementar, Sousa e Silva (2021) ressaltam que essa percepção da qualidade dos serviços costumam ser influenciada pela forma como o usuário é entendido. Segundo os autores, “o acolhimento e a escuta qualificada são decisivos para que o usuário avalie positivamente o serviço, mesmo diante de deficiências estruturais”, ou seja, são um conjunto de fatores que formam a opinião da população, desde o bom atendimento, até a qualidade do serviço.

A parcela que classifica o serviço como regular ou ruim, reflete as dificuldades comuns em zonas rurais, como a demora no atendimento, falta de transporte, suporte, falta de medicamentos. Como afirma Travassos e Martins (2019, p. 241), “as barreiras geográficas e organizacionais continuam sendo um dos principais entraves para o acesso equitativo aos serviços de saúde”.

Portanto, os dados evidenciam que, embora haja um nível satisfatório de aprovação, os desafios enfrentados pelo sistema de saúde local ainda impactam a percepção de boa parte da comunidade. Esses resultados reforçam a necessidade do fortalecimento de atenção básica, melhoria dos recursos destinados a comunidade luziana.

4.2 Implicações e Limitações

4.2.1 Implicações

As implicações deste estudo transcendem a simples coleta de dados, posicionando o Diagnóstico Participativo como uma ferramenta de empoderamento e inteligência territorial.

a) Geração de Conhecimento Estratégico Local

O DRP permitiu mapear as vulnerabilidades (como a precariedade habitacional revelada na Figura 8) e as potencialidades da comunidade a partir da ótica dos próprios moradores. Essa abordagem gera um conhecimento de base que é indispensável para o desenvolvimento de programas governamentais eficientes (Gonzaga et al., 2021). O diagnóstico, ao identificar as demandas reais – por exemplo, a necessidade de água de qualidade, saneamento ou infraestrutura viária – transforma-se no ponto de partida para a formulação de políticas públicas contextualizadas e com maior chance de adesão local (Oliveira, 2022).

b) Fortalecimento da Capacidade Organizacional

A metodologia participativa, por sua natureza dialógica, contribui para o fortalecimento do capital social da comunidade. O envolvimento direto dos indivíduos

no processo de análise e tomada de decisão é um catalisador para o desenvolvimento de atividades produtivas coletivas e o fortalecimento político local (Martins, 2023). Assim, o estudo não apenas documenta a realidade, mas também opera como um instrumento de educação e mobilização, capacitando a comunidade para a gestão de seus próprios projetos de desenvolvimento sustentável.

4.2.2 Limitações

Apesar das implicações positivas, o delineamento metodológico do estudo impõe limitações que devem ser reconhecidas e consideradas na interpretação dos resultados.

a) Restrição de Generalização

A principal limitação reside no caráter de estudo de caso único (Lima; Silva, 2024). Embora a profundidade da análise da realidade da comunidade Luziana seja elevada, os resultados obtidos não podem ser generalizados automaticamente para outras comunidades rurais, mesmo dentro do município de Bacabal, devido às suas singularidades sociais, econômicas e culturais. O DRP é, por excelência, uma metodologia que prioriza a compreensão aprofundada em detrimento da representatividade estatística (Camba, 2021).

b) Subjetividade e Viés do Pesquisador

Como em toda pesquisa qualitativa e participativa, há um risco inerente de subjetividade e viés, tanto por parte dos participantes quanto do pesquisador (LIMA; SILVA, 2024). A condução de grupos focais e entrevistas pode ser influenciada pela dinâmica interna da comunidade, onde conflitos de poder ou a voz de lideranças tradicionais podem sobrepor-se à opinião de minorias ou grupos mais vulneráveis. É um desafio metodológico constante garantir que o diagnóstico seja um reflexo da totalidade da comunidade e que a ausência de atores-chave não comprometa a robustez dos dados levantados (Camba, 2021).

c) Desafios de Engajamento e Foco

A natureza aberta e flexível do DRP, embora seja uma força, também pode se configurar como uma limitação, pois exige um esforço contínuo do pesquisador para manter o foco nos objetivos centrais da pesquisa, evitando a dispersão em temas laterais (Lima; Silva, 2024). Além disso, a sustentabilidade do engajamento da comunidade ao longo das etapas do DRP pode ser comprometida por fatores como a rotina de trabalho rural e a falta de recursos, impactando a completude dos dados coletados.

4.3 Análise SWOT da Comunidade

A Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) visa aprofundar a compreensão sobre os resultados alcançados pela pesquisa na comunidade rural de Luziana. Esta análise é o ápice do processo de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), convertendo os dados socioeconômicos, produtivos e infraestruturais levantados, como a situação habitacional discutida anteriormente, em um panorama estratégico claro. Este panorama não apenas descreve a realidade, mas também serve como um direcionador fundamental para a formulação de planos de ação, projetos de desenvolvimento local e propostas de políticas públicas específicas, garantindo que as intervenções futuras sejam baseadas na percepção e nas prioridades dos próprios moradores da Luziana.

No âmbito do DRP, a SWOT não é meramente uma técnica administrativa, mas um processo de reflexão coletiva que confere racionalidade estratégica às demandas da comunidade (Neres; Bitar, 2023). Ela permite que os participantes transformem o conhecimento empírico sobre sua realidade em estratégias variáveis ambientais (Almeida; Cardoso, 2025).

O Quadro 1, identifica todos os componentes da Análise SWOT, os quais, quando escritos em português, são: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Estes componentes estão agrupados em dois ambientes: o interno e o externo.

4.3.1 Ambiente interno (Controle Comunitário)

- a) **Forças (Strengths):** São as características internas positivas da comunidade, como a coesão social, a riqueza em saberes tradicionais, o potencial de agrobiodiversidade ou a presença de lideranças ativas.
- b) **Fraquezas (Weaknesses):** Correspondem aos fatores internos negativos que limitam o desenvolvimento, como a infraestrutura precária (exemplificada pela Figura 8), a escassez de mão de obra qualificada ou a falta de organização produtiva.

4.3.2 Ambiente externo (Fatores exógenos)

- a) **Oportunidades (Opportunities):** Fatores externos favoráveis que a comunidade pode explorar para alcançar seus objetivos, como o acesso a novos programas governamentais, a demanda crescente por produtos orgânicos no mercado regional ou a proximidade de centros urbanos com potencial de consumo.
- b) **Ameaças (Threats):** Fatores externos negativos que podem comprometer o futuro da comunidade, como as mudanças climáticas e suas implicações na produção agrícola, a oscilação de preços de *commodities* ou o aumento da criminalidade (Silverio, 2025).

Quadro1 – Análise SWOT da comunidade Luziana/Bacabal-MA, 2025.

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
• Localização próxima à sede do município (7,5 km); • População maior e com maior número de moradias de alvenaria; • Estrutura comunitária mais ampla: posto de saúde, escola, quadra de esportes, comércio; • Diversidade religiosa e cultural fortalecendo a coesão social;	• Qualidade precária da estrada vicinal durante o período chuvoso; • Presença de moradias ainda inadequadas (taipa e palha); • Dependência de produtos externos para alimentação; • Elevada evasão de jovens para outros estados; • Necessidade de regularização fundiária e inclusão de novos assentados.

• Associação de moradores atuante.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
• Regularização fundiária como forma de garantir segurança e estimular investimentos; • Programas de diversificação de culturas e de aumento da produtividade; • Geração de oportunidades de trabalho local para reduzir evasão de jovens; • Parcerias com órgãos públicos e universidades para capacitação; • Festival do milho; • Possibilidade de fortalecer cadeias produtivas locais.	• Conflitos fundiários históricos que podem ressurgir sem mediação adequada; • Risco de perda cultural e comunitária pela saída de jovens; • Dependência de atravessadores e supermercados externos; • Vulnerabilidade a crises econômicas que impactam programas públicos; • Limitações tecnológicas e produtivas que podem comprometer o desenvolvimento.

FONTE: Dados do autor (2025).

A Análise SWOT, portanto, consolida a percepção local de desenvolvimento, fornecendo subsídios concretos para que os órgãos públicos e a sociedade civil organizada possam direcionar recursos e ações, promovendo o desenvolvimento territorial de forma sustentável e planejada (Almeida; Cardoso, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia se dedicou a investigar o tema do desenvolvimento rural no contexto maranhense, um cenário marcado por desigualdades socioeconômicas e carências históricas no acesso a serviços e oportunidades, fatores que persistem em grande parte da população rural. Diante dessa realidade, o estudo buscou realizar o diagnóstico da Comunidade Luziana, no município de Bacabal (MA), com a participação ativa de seus moradores, através da aplicação da metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Os objetivos centrais incluíram a identificação

das principais necessidades, desafios e potencialidades locais, e a promoção do protagonismo comunitário na análise de sua própria realidade, revelando o DRP como uma ferramenta fundamental para a construção de um conhecimento fiel à vivência local.

Os resultados da pesquisa delinearam um quadro dual na Comunidade Luziana. Por um lado, evidenciaram desafios críticos, como a falta de oportunidades de capacitação e empregabilidade, a escassez de conhecimento técnico e a dificuldade de acesso a políticas públicas que promovam o desenvolvimento. A análise socioeconômica destacou a alta dependência de arranjos informais de trabalho e a precariedade do acesso à terra para a maioria dos moradores (44% são trabalhadores rurais em terras cedidas), além de um índice significativo de baixa escolaridade, que restringe o acesso a informações e tecnologias essenciais. Por outro lado, o estudo destacou potencialidades notáveis, especialmente as ligadas às práticas culturais e ao espírito de cooperação, sendo o *Festival do Milho* um exemplo proeminente, capaz de fortalecer a identidade local e gerar oportunidades de renda complementar e valorização cultural. As descobertas reforçam o papel da Administração no contexto rural, validando o DRP como instrumento de planejamento, gestão estratégica e tomada de decisão participativa, fornecendo informações precisas e confiáveis.

As implicações deste diagnóstico participativo são substanciais e de alcance prático. Para os formuladores de políticas e gestores públicos, o estudo oferece subsídios precisos e contextualizados para a elaboração de programas governamentais eficientes, direcionados às demandas reais da comunidade — como a necessidade de melhoria da infraestrutura viária, saneamento básico e assistência técnica. Para a comunidade e os profissionais da área de gestão, a metodologia funcionou como uma ferramenta de empoderamento, fortalecendo a capacidade organizacional e o capital social local, essenciais para a autogestão e a condução de atividades produtivas coletivas. O trabalho reforça a necessidade de intervenções baseadas na escuta ativa, reconhecendo os sujeitos como protagonistas e construtores de sua própria história, em consonância com a perspectiva dialógica de Freire (1987).

É fundamental reconhecer as limitações inerentes ao delineamento metodológico adotado. A principal delas reside no caráter de estudo de caso único, que prioriza a profundidade da análise na Comunidade Luziana em detrimento da

representatividade estatística. Por conseguinte, os resultados obtidos não podem ser automaticamente generalizados para outras comunidades rurais, mesmo dentro do mesmo município, devido às suas singularidades sociais e culturais. Adicionalmente, como em toda pesquisa qualitativa e participativa, deve-se considerar a potencial subjetividade e o viés tanto dos participantes quanto do pesquisador durante a interpretação dos dados.

As descobertas deste trabalho abrem diversas frentes para a continuidade da investigação. Sugere-se a realização de estudos comparativos que apliquem o DRP em comunidades rurais com perfis distintos na região, visando identificar padrões regionais de vulnerabilidade e potencialidades. Recomenda-se também a condução de pesquisas-ação focadas na implementação e avaliação da eficácia de projetos de desenvolvimento específicos, como o fortalecimento da cadeia produtiva do milho ou o aprimoramento do Festival do Milho como estratégia de turismo comunitário e economia solidária. Por fim, é crucial investigar a fundo a relação entre a baixa escolaridade e a evasão juvenil, propondo modelos de intervenção educacional e profissionalizante adaptados à realidade rural.

A realização deste Diagnóstico Participativo confirmou a importância inegável da metodologia participativa como uma ponte eficaz entre o saber técnico-científico e o conhecimento local, sendo uma ferramenta essencial de empoderamento social e inteligência territorial. Ao articular a dimensão econômica com a valorização da identidade e cultura, o trabalho contribui substancialmente para o avanço da Administração no campo do desenvolvimento rural sustentável. Conclui-se que o futuro da Comunidade Luziana, e de outras comunidades com perfis semelhantes no Maranhão, passa necessariamente pela escuta ativa de seus membros e pela construção de soluções que transformem os desafios em oportunidades, promovendo, de fato, a autonomia e a sustentabilidade local.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Cristina L. de; CARDOSO, Antônio José G. Diagnóstico Rápido Participativo e Matriz Swot: Estratégias de Planejamento Estratégico com Base na Atual Posição do Curso de Secretariado Executivo UEPA. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 174-207, jan./jun. 2025.
- BATISTA, João C. S. et al. Diagnóstico Rural Participativo como ferramenta para a construção do conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.
- BATISTA, J. C. S. et al. Diagnóstico Rural Participativo como ferramenta para a construção do conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 2, p. 1-10, 2021.
- CAMBA, Salete Sirlei Valesan. **Guia de diagnóstico participativo**. 2.ed. Florianópolis: Epagri, 2021.
- CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Rio de Janeiro: Instituto Lula, 2017.
- CARNEIRO, Maria José; SIQUEIRA, Deis. **Educação, Ruralidades e Políticas Públicas**. Brasília: Editora UnB, 2017.
- CHAMBERS, Robert. **Participatory Rural Appraisal (PRA): Analysis of Experience**. World Development, v.22, n.9, p. 1253-1268, 1994.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIAS, P. H. O. et al. Administração pública e o desenvolvimento territorial no semiárido nordestino: uma análise das políticas recentes. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 4, p. 1-20, 2023.
- ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse; radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **United nations decade of Family farming 2019-2028: Global Action plan and mid-term report**. Rome: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org>.
- FARIAS, A. G. de; BURNETT, F. L. **Formas de convívio e moradia no povoado São Miguel dos Correias, no Maranhão**. Salvador e Suas Cores, 2024.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; PROCÓPIO, Márcio. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisas social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANELLA, L; FRANCO, C. M.; ALMEIDA, P. F. **Atenção Primária à saúde no Brasil: desafios para o acesso, integralidade e coordenação do cuidado**. Ciência e Saúde Coletiva, 2021.

GONZAGA, Caroline Ehlke; KOTZE, Paulo Gustavo; OLANDOSKI, Marcia. Diagnóstico participativo: conhecendo os pais, avós, tios e responsáveis do Colégio Diamantinense. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, 2021. Disponível em: [Endereço Eletrônico].

GRISA, Cátia; SABOURIN, Eric; CARUMBULA PAREJA, Matías; CATAPAN, Anderson; OLIVEIRA, Antônio G. de. **Agricultura familiar no Mercosul: Transformações nas arenas e políticas públicas**. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/13530>. Acesso em 3 dez 2025.

GRISA, Cátia; SABOURIN, Eric; CARUMBULA PAREJA, Matías; CATAPAN, Anderson; OLIVEIRA, Antônio G. de. Agricultura familiar no Mercosul: transformações nas arenas e políticas públicas. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/13530>. Acesso em: 3 dez. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário: 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 ago 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua 2023: Pobreza cai ao menor nível desde 2012**. Rio de Janeiro. IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 11 nov 2025.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: **Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2024**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise – Desenvolvimento Rural**. Brasília: IPEA, 2024.

JESUS, E. A. D.; SANTOS, J. R. P. D. A. A metodologia científica e sua importância para a pesquisa científica. **Revista acadêmica online**, 2024.

KRAUSE, K. C.; ALMEIDA, A. de; SANTOS, D. A. dos; ALMEIDA, R. G. de. **Perfil social e percepção de feirantes sobre agricultura de base orgânica e agroecológica**. Revista Espacios, Caracas, 2018.

LIMA, Tâmara Veiga; SILVA, Marcos Roberto Miranda da. Desafios metodológicos do estudo de caso único: a subjetividade e a generalização na pesquisa social. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 1-18, 2024.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano ABC+ 2020-2023: Agricultura de Baixa Emissão de Carbono**. Brasília: MAPA, 2021: Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em 30 nov 2025.

MARTINS, Ricardo. O fortalecimento político e o desenvolvimento de atividades produtivas coletivas em agroecossistemas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 13., 2023. **Anais....** [S.l.]: [Editora], 2023.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020.

MENESES, G. S. **Desenvolvimento sustentável do semiárido nordestino brasileiro? O papel do FIDA à luz da Agenda 2030**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

NASCIMENTO, Mickaelle de Sousa; LIMA, Cryslane Ferreira de Santana; PEREIRA, Mateus da Silva; RODRIGUES FILHO, Raimundo Sirino. **Planejamento participativo em comunidades rurais do município de Bacabal-MA: relatório final**. Bacabal, 2025. Relatório (Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX) – Universidade Estadual do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.

NERES, Orlana Teixeira; BITAR, Alan Barros. A Ferramenta S.W.O.T no Desenvolvimento do Agricultor Familiar Sebastião Delmondes Moreira no Assentamento Prata na Cidade de Palmas/TO. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 2080–2094, 2023.

OLIVEIRA, Dalmo Augusto Tavares de. A escuta da comunidade na formulação de políticas públicas de saneamento. **Revista de Estudos Ambientais**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 45-60, 2022.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: principais desafios e caminhos para superação. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (org.). **Pobreza e desigualdades no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

SANTOS, René José Moreira dos. **Definições e conceitos de território: o caso do sistema norte**. Relatório Técnico ITV, 2020.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, José Graziano da. **O que é Agricultura Familiar**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2015.

SILVA, Maria Aparecida; SCHEIDER, Sérgio. Educação, juventude rural e sucessão na agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2018.

SILVERIO, Janaina de Miranda. Análise SWOT revela caminhos para melhorar a gestão rural: um estudo de caso. **Connection Line - Revista Eletrônica do UNIVAG**, [S. l.], v. 34, n. 34, 2025. Disponível em: [Endereço Eletrônico].

SIMÕES, O. A. Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como ferramenta para o desenvolvimento territorial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E EXTENSÃO RURAL, 7., 2025, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2025. p. 1-10.

SOUSA, F. G. M.; SILVA, R. A. **Acolhimento e satisfação do usuário na atenção básica: fatores que influenciam a percepção da qualidade do cuidado**. Revista de Saúde Pública, v.55, n. 3, p. 1-10, 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, M. M.O. **Utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, v. 5, n. 2, p. 28-42, 2009.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. **Acesso a utilização dos serviços de saúde no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva, v. 24, n.4, p. 1227-1238, 2019.

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Planejamento Estratégico e Matriz SWOT**. Campo Grande: UFMS, 2025. (PDI UFMS 2025-2029).

VERDEJO, M. E.; COUTRIN, D.; RAMOS, L. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático**. 2 ed. Brasília: Embrapa, 2004.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretária da Agricultura Familiar, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E AGROAMBIENTAL

Nº do questionário: _____

Nome do entrevistador: _____

Data de aplicação: (/ /)

I – IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1. Denominação da Propriedade:
2. Município:
3. Tamanho da Área:

II – IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO(A)

4. Nome:	Idade:
5. Como é conhecido(a) na comunidade:	Sexo: () M F ()

III - IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

6. Nome:	Idade:
7. Como é conhecido (a) na comunidade:	Sexo: () M F ()

IV –PERFIL DA FAMILIA ASSENTADA

8. Origem:	9. Sobre o regime de utilização da área?	10. Qual sua atividade principal?	11. Reside na Propriedade ? 1. Sim 2. Não ()	12. Qual a distância da residência p/ o lote de terra? (m)	13. Fatores que dificultam a produção.
1. Rural () 2. Urbana ()	1. Peq proprietário () 2. Trabalhador do imóvel desapropriado ()	() Agricultura () Pecuária	16. Quem?	_____	() Seca () Excesso de chuva () Solo

	3. Parceiro ()	() Intermediário	1. Toda família		() água para criação
	4. Posseiro ()		2. Proprietário(a)		() Falta de Crédito
	5. Assalariado ()		3. Outros		() Pragas
	6. Diarista ()		()		() Falta Informação
	7. Arrendatário ()		()		
	8. Trabalhador rural ()				
	9. Outros () _____				

V –SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

14. Frequência do Consumo e Aquisição de Alimentos 1. Diário, 2. Semanal , 3. Mensal , 4. Esporadicamente. A. Produzido, B. Comprado, C. Doações			15. Qual a qualidade dos produtos?	
Feijão () Arroz () Farinha () Milho () Macarrão () Beiju () Batata-doce () Leite () Pão ()	Banana da Terra () Café () Carne de frango () Carne de suíno () Carne de boi () Peixe () Carne caprino/ovino () Mel () Aipim ()	Bolacha () Inhame () Alface () Tomate () Batatinha () Cenoura () Quiabo () Chuchu () Frutas ()	Outros: _____ () _____ () _____ () _____ ()	Boa () Média () Ruim ()

VI – CARACTERIZAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA E DEMAIS MORADORES

16. Nomes	17. Relação de parentesco?	18. Idade	19. Gênero	20. Estado civil?	21. Sabe ler?	22. Qual a escolaridade?	23. Qual o curso que frequenta?	24. Qual o tipo de Trabalho?	25. Qual o tipo de documento que possui?	26. Qual a profissão?	27. Local de residencia
	1- Entrevistado 2 -Cônjuge 3 -Filho/enteado 4 -Pai/Mãe/Sogro 5 -Irmão 6 -Agregado 7 -Avó/avô 8- Sobrinho 9 – Neto 10- Beneficiário 11 -Outros (escrever)		1- Femin 2- Masc	1- Solteiro 2- Casado/amasiad 3- Seperado/divorc 4 -Viúvo	1- Sim 2- Não	0- Pré escola/Creche 1- 1ª ou 2ª Fundam. 2- 3ª ou 4ª Fundam. 3- 5ª ou 6ª Fundam. 4- 7ª ou 8ª Fundam. 5- 1ª Série Médio 6- 2ª Série Médio 7- 3ª Série Médio 8- Supletivo 9- Superior (Incompleto) 10- Superior (Completo)	0- Pré escola/Creche 1- Alfabetização 2- Fundamental (1ª Grau) 3- Médio (2ª Grau) 4- Superior 5- Supletivo Fundamental 6- Supletivo Médio 7- Alfabetização de adultos 8- Não Frequenta	0- Não Trabalha 1- Formal 2- Informal	0- Não tem 1- Identidade 2- CPF 3- Certidão de nasc. 4- Título Eleitoral 5 – Cart. de Trabalho 6- Todos	0- Não tem 1- Pedreiro 2- Doméstica 3- Agricultor 4- Comerciante 5- Professor(a) 6- Lavadeira 7- Cozinheiro(a) 8- Vendedor 9- Trabalhador rural 10- Outros	1Agrovila 2. Lote 3.povoado 4. cidade

VII – PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL DO BENEFICIÁRIO (A) – No período de um ano

28. Produção animal?	29. Total de animais?	30. N° de animais consumidos ?	31. N° de animais vendidos?	32. Valor médio de cada animal? (cabeça)	33. Local de Comercialização	34. Produção vegetal?	35. Área utilizada	36. Quantidade colhida?	37. Quantidade consumida?	38. Quantidade vendida?	39. Local de Comercialização	40. Valor de cada produto? (Por Unid)
1- Bovinos						1- Feijão						
2- Suínos						2- Milho						
3- Caprinos						3- Mandioca						
4- Ovinos						4- Feijão cons						

5- Aves						5 – Milho cons						
						6 – Mandioca cons						
						7 - Horticultura						
						8 - Fruticultura						
						9 - Extrativismo						

VIII – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA PROPRIEDADE – Por um ano

41. Derivados das atividades?	42. Unidade do produto? (Unid)	43. Quat consumida?	44. Quat vendida?	45. Valor de cada produto? (Por Unid)	46. Local de beneficiamento? 1- No Assentamento 2- Associação 3. Cooperativa 4- Terceiros 5- Outros	47. Local de comercialização 1 No Assentamento 2 Feira livre 3 Centro de abastecimento 4 banca na BR 324 5. Box na BR 324 6. Outros	48. Sistema de produção? 1. Individual 2. Coletivo 3. Misto 4 Outro
1- Farinha							
2- Leite							
3- Ovos							
4 - doces							
5 - cachaça							
6 - _____ _____							

IX – NÍVEL TECNOLÓGICO

PRÁTICAS NA PRODUÇÃO ANIMAL

49. Principal método de criação?		50. Quais Vacinas Utiliza?		51. Cultiva forrageira ou capineira?		52.Qual a área p/ produção animal?		53. Área Preservada de Mata							
1- Extensiva 2- Semi-extensivo () 3- Confinado 4- Soga (corda)		1 Aftosa () 2 Brucelose () 3 Raiva () 4 Todas () 5 Outras () _____ 6 Nenhuma ()		1- Sim 2- Não () 58. Qual a forma de Utilização? Feno () Silo () Cortada no Cocho () Outros () _____		Unidade em m² _____		Tem () _____ ha Não Tem ()							
PRATICAS PREDOMINANTES NA PRODUÇÃO VEGETAL															
54. Principal força de trabalho? (Preparo da terra)		55.Principal força de trabalho? (Plantio)		56. Principal força de trabalho? (Controle de Ervas)		57. Principal força de trabalho? (Colheita)		58. Principal procedência de sementes ou mudas?		59. Principais defensivos agrícolas utilizados?		60. Principal adubação utilizada?		61. Faz correção do solo?	
1- Manual 2- Animal () 3- Mecânica		1- Manual 2- Animal () 3- Mecânica		1- Manual 2- Animal () 3- Mecânica		1- Manual 2- Animal () 3- Mecânica		1- Própria ou vizinho 2- Não certificada 3- Certificada ()		1- Apenas orgânico 2- Agroquímico 3 Nenhum ()		1- Química 2- Orgânica () 3- Nenhuma		1- Sim 2- Não ()	
62. Que tipo de correção é feita?		63. Sua área permite irrigação?		64.Você utiliza irrigação?		65. Possui máquinas e/ou equipamentos?		66. Recebeu algum tipo de Assistência Técnica?		67. Qual a frequência ?		68. Trouxe vantagens?			
0- Não faz		1- Sim		1- Sim		1. Sim () 2. Não Qual?		1- Sim		1- Semanal 2 - Mensal		1- Pouca			

1- Calcário () 2- Gesso 3- Calcário e gesso	2- Não ()	2- Não ()	()	2- Não ()	2- Semestral () 3- De vez em quando 4- Não recebeu	2- Muita () 3- Não trouxe
--	------------	------------	-----	------------	---	-------------------------------

X – PRINCIPAIS FONTES DE RENDA FAMILIAR

69. Possui renda financeira regular?	70. Qual o valor da renda familiar total?	71. Recebe algum tipo de auxílio governamental?	72. Possui imóvel próprio? (1-Sim ou 2- Não)	73. Existe algum membro da família que recebe? (1- Sim ou 2- Não)	74. Recebeu algum tipo de crédito?	75. Qual? 1. Sim 2. Não
1- Sim 2- Não ()	1- ($\leq$ 1 Salár. Mínimo) 2- (1 a 3 Salár. Mínimo) 3- (> 3 Salár. Mínimo) ()	1- Bolsa Família 2- Auxílio Gás () 3- Bolsa Escola 4- Cesta Básica (outros org.) 5- Não	Apenas este () Imóvel Rural () Terreno () Em Outro Município ()	Aposentadoria () Pensão () Ajuda de familiares distantes () Outros ()	1- Sim () 2- Não ()	Apoio () Pronaf () Habitação () Outros () _____

XI– CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

76. Qual o tipo de organização que existe na comunidade?	77. Você participa das reuniões desse grupo?	78. Como você avalia a atuação das pessoas neste grupo? (1- Sim ou 2- Não)	79. Você já participou de algum curso promovido por algum destes grupos? (1- Sim ou 2- Não)	80. Você participa de alguma destas organizações? (1- Sim ou 2- Não)	81. Existe a participação das mulheres?
Associação ()	1- Sempre	1- Conseguem trabalhar juntas ()	1- Técnico ou produtivo ()	1- Sindicato ()	1- Sim 2- Não ()

Cooperativa ()	2- De vez em quando	2- Confiam uma nas outras ()	2- Noções de Associat ()	2- Associação ou Cooperativa ()	82. E dos jovens? 1- Sim () 2- Não
Grupo de mulheres ()	3- Não ()	3- Conseguem um acordo quando discutem ()	3- Curso profissionalizante ()	3- Organização religiosa ()	
Grupo de Jovens ()		4- Ajudam umas às outras ()	4- Outros () _____	4- Partido político ()	83. E dos Idosos? 1- Sim () 2- Não
Grupo de trabalho ()				5- Mutirão ()	
Grupo religioso ()				6- Conselho Municipal ()	
Sindicato ()					
Outros _____					
Nenhum ()					

XII – INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇOS PÚBLICOS

84. Qual a área construída da casa? (m2)	85. Tipo de habitação em que a família vive?	86. Qual o principal material utilizado na construção?	87. Qual o principal material utilizado na cobertura?	88. Quantos cômodos têm a casa?	89. Na casa tem sanitário ?	91. O sanitário é dentro da casa?	92. Qual a principal forma de iluminação?	93. Qual o tipo do piso?
Tamanho da Casa ()	1- Casa	1- Alvenaria ()	1- Telha cerâmica ()	Em Números	1- Sim ()	1- Sim () 2- Não	1- Elétrica ()	1- Lajota ()
Tamanho do Quintal ()	2- Cômodo 3 – Barraco ()	2- Adobe ou supapo 3- Madeira aproveitada 4- Palha ou lona plástica 5- Outros _____	2- Lona plástica 3- Zinco amianto 4- Palha 5- Outros _____	()	2- Não 90. Utiliza? ()		2- Óleo, querosene 3- Gerador 4- Não tem	2- Cimento cru 3- Cimento liso 4- Chão batido

